

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. INTRODUÇÃO

1.2. Diante da necessidade de regulamentação do planejamento, execução e gestão de atas e contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Caruaru, com o objetivo de assegurar os atributos finalísticos do processo de contratação pública, como os da eficácia, eficiência, efetividade, celeridade, economicidade, através de procedimentos que salvaguardem os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da publicidade, da igualdade, do planejamento, da transparência, da segregação de funções, da motivação, da segurança jurídica, desenvolvimento nacional sustentável e da competitividade, de modo proporcional e razoável, foi publicado o Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, que regulamenta o artigo 18 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dispõe sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

1.3. Este estudo técnico preliminar é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento e tem como finalidade apresentar solução para necessidade administrativa de proporcionar infraestrutura adequada da **reforma da Casa de Cultura José Condé no Município de Caruaru/PE.**

1.4. O estudo pretende evidenciar a necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1.5. Para tanto, o estudo buscou organizar a forma de apresentação dos itens considerados obrigatórios, seguindo, dentro do possível, como referência, a ordem disposta no parágrafo primeiro do art.18 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. NATUREZA E FINALIDADE:

2.1.1. A presente contratação tem como finalidade a execução dos serviços de reforma da Casa de Cultura José Condé, localizada na Rua José Euzébio Ferreira, 99 - Bairro Vassoural, no Município de Caruaru/PE, contemplando serviços preliminares, demolições e retiradas, recuperação de elementos estruturais, execução de cobertura, pintura geral, restauração de esquadrias, adequações nas instalações hidráulicas e demais intervenções necessárias, conforme especificações constantes no projeto básico e seus anexos.

2.1.2. Tem por objetivo promover a requalificação do equipamento público, assegurando condições adequadas de uso, segurança e conservação, contribuindo para a continuidade das atividades culturais desenvolvidas no espaço, em consonância com as diretrizes de valorização do patrimônio e incentivo à cultura no município.

2.2. DEFINIÇÃO DA ÁREA:

2.2.1. Os serviços serão executados na Casa de Cultura José Condé, localizada Rua José Euzébio Ferreira, 99, Bairro Vassoural, no Município de Caruaru/PE.

2.2.2. A área objeto da intervenção corresponde à edificação existente, destinada ao desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e institucionais.

2.2.3. A delimitação das áreas a serem contempladas, bem como as intervenções previstas, encontram-se devidamente indicadas nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o presente processo.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal de Caruaru é responsável por oferecer uma ampla gama de serviços públicos à população, abrangendo áreas como saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, visando à promoção da qualidade de vida e ao desenvolvimento social dos munícipes.

3.2. No âmbito da cultura, compete à Administração Pública fomentar, preservar e incentivar as manifestações culturais, bem como garantir a adequada manutenção dos equipamentos públicos destinados a essas atividades, assegurando condições apropriadas para seu funcionamento.

3.3. A Casa de Cultura José Condé configura-se como importante equipamento cultural do município, destinado à realização de atividades artísticas, exposições e demais ações voltadas à promoção da cultura local. Entretanto, a edificação apresenta necessidade de intervenções de reforma e requalificação, a fim de restabelecer suas condições adequadas de uso, segurança e conservação.

3.4. A realização dos serviços propostos visa garantir a preservação do patrimônio público, bem como proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades culturais, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e para o acesso da população a ações culturais e educativas.

3.5. Portanto, a Prefeitura Municipal de Caruaru, por meio da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, visa realizar a contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de reforma da Casa de Cultura José Condé, no Município de Caruaru/PE.

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico e metas governamentais para o ano de 2026, conforme se observa na visão e objetivos estratégicos da Administração.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Levantamento de mercado e escolha da melhor solução:

5.1.1. O levantamento de mercado foi realizado através de dois métodos, quais sejam:

- Pesquisa de processos licitatórios com necessidades administrativas semelhantes e objetos da mesma natureza, tendo em vista a busca pela padronização das contratações públicas e visualizando a efetivação dos Princípios da Economicidade, Eficiência e Desenvolvimento Nacional Sustentável e;
- Pesquisa minuciosa de mercado, analisando todas as possíveis soluções para atender à necessidade administrativa.

5.1.2. Método 1 (pesquisa de processos licitatórios com necessidades administrativas semelhantes):

Foi realizado um levantamento de processos licitatórios realizados pela administração pública, com a finalidade de evidenciar qual foi a solução adotada por outros órgãos e entidades públicas para solucionar

as necessidades administrativas semelhantes à necessidade desta Municipalidade, conforme descrito no tópico 2 deste Estudo Técnico Preliminar. Segue levantamento abaixo:

Órgão/Entidade Contratante	Forma de Contratação	Objeto da Contratação
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU/BA	ID CONTRATAÇÃO PNCP: 13761697000165-1-000166/2025	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS, AMPLIAÇÕES, ADEQUAÇÕES, MANUTENÇÕES E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DE EQUIPAMENTOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE ITAMARAJU/BA.
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA/PB	ID CONTRATAÇÃO PNCP: 01615784000125-1-000109/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, LOCALIZADOS NAS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA/PB.
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO BONITO/RS	ID CONTRATAÇÃO PNCP: 87613204000186-1-000006/2026. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO: Nº 05/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO PÚBLICO, CONFORME PROJETOS DE ENGENHARIA, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, NO MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO/RS, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL Nº 202430670005 – EMENDA PARLAMENTAR CARLOS GOMES, E CONTRAPARTIDA DE RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

5.1.3. Verifica-se que a solução de contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma predial é prática comum no âmbito da Administração Pública, sendo amplamente adotada para manutenção, recuperação e adequação de edificações públicas.

5.1.4. Nesse sentido, a realização dos serviços de **reforma da Casa de Cultura José Condé** justifica-se pela necessidade de conservação da edificação, adequação de suas condições físicas e garantia de segurança e funcionalidade dos espaços, assegurando a continuidade das atividades culturais desenvolvidas no local.

5.1.5. Desta forma, serão executados serviços de reforma na Casa de Cultura José Condé, localizada na Rua José Euzébio Ferreira, 99, Bairro Vassoural, no Município de Caruaru/PE.

5.2. Método 2 (Possíveis alternativas apresentadas):

Para atender à necessidade administrativa municipal de proporcionar infraestrutura adequada para a reforma da Casa de Cultura José Condé, algumas soluções podem ser consideradas, tais como:

5.2.1. Solução 1: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma da Casa de Cultura José Condé.

Nesse caso, com base nas informações levantadas ao longo deste estudo preliminar, evidenciaram que a contratação de empresa especializada execução dos serviços de reforma da Casa de Cultura José Condé, mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação.

A contratação de serviços de reforma, oferece diversas **vantagens**:

- 1. Expertise técnica: empresas especializadas têm experiência e conhecimento técnico para executar de forma eficiente e dentro dos padrões exigidos, garantindo a qualidade do trabalho.
- 2. Cumprimento de prazos: as empresas especializadas geralmente têm processos estabelecidos para cumprir prazos de entrega, o que é crucial para projetos públicos que têm cronogramas definidos e necessidades urgentes.
- 3. Economia de recursos: empresas especializadas podem ajudar a otimizar o uso de recursos financeiros, materiais e humanos, garantindo que o orçamento disponível seja utilizado da melhor forma possível.
- 4. Conformidade legal: Essas empresas geralmente estão familiarizadas com as regulamentações e normas específicas para reformas em imóveis públicos, garantindo conformidade com as leis e regulamentos locais e nacionais.
- 5. Garantia de qualidade: Muitas empresas especializadas oferecem garantias de qualidade para o trabalho realizado, o que proporciona segurança para a administração pública quanto à durabilidade e funcionalidade das reformas realizadas.
- 6. Redução de riscos: A contratação de empresas especializadas pode ajudar a reduzir os riscos associados à realização de obras públicas, como atrasos, custos adicionais e problemas de qualidade, pois elas estão mais preparadas para lidar com essas situações.
- 7. Foco na eficiência: As empresas especializadas tendem a adotar práticas e tecnologias mais avançadas para aumentar a eficiência e a produtividade das obras, o que pode resultar em economia de tempo e recursos.
- 8. Flexibilidade: Empresas especializadas podem se adaptar às necessidades específicas de cada projeto, oferecendo soluções personalizadas que atendam aos requisitos e expectativas da administração pública.

Em resumo, a contratação de serviços especializados para execução dos serviços de reforma da Casa de Cultura José Condé, pode proporcionar maior eficiência, qualidade e conformidade legal, contribuindo para o sucesso do projeto de infraestrutura pública.

5.2.2. Solução 2: Execução direta dos serviços por esta Municipalidade:

Tal solução requer que o Município monte uma estrutura organizacional que comporte a prestação dos serviços necessários, o que, conseqüentemente, acarretaria um elevado custo operacional para realizar a mobilização de pessoal e maquinário para desempenho eficaz das atividades. Ainda que tais providências fossem tomadas, a execução direta dos serviços não contaria com o grau de especialização de uma empresa contratada.

5.3. DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Dentre as alternativas apresentadas para atender à necessidade da Administração, a que se apresenta como a mais vantajosa e eficiente é a **contratação de empresa especializada para reforma da Casa de Cultura José Condé no Município de Caruaru/PE.**

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A presente contratação refere-se a obra, conforme disciplina o inciso XII, do Art. 6º da Lei Federal 14.133/2021.

6.2. A empresa contratada assume a responsabilidade pela execução dos serviços conforme as especificações delineadas no Termo de Referência, a serem disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Caruaru.

6.3. O critério de julgamento das propostas será o menor preço global.

6.4. Vistoria obrigatória: não, será opcional, com declaração.

6.5. Insumos: compõem o objeto desta licitação o fornecimento de todos os insumos, materiais e o emprego dos equipamentos.

6.6. Tipo de contratação: menor preço global sob regime de empreitada por preço unitário.

6.7. Cronograma: os serviços e os pagamentos serão apurados mensalmente. Medições mensais.

6.8. Requisitos Específicos de Habilitação:

6.8.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoas jurídicas de Direito Público ou de Direito Privado, em nome da empresa licitante, que comprove(m) que a prestação de serviço pertinente e compatível com o objeto da licitação. No caso de pessoa jurídica de Direito Público, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão. No caso de pessoa jurídica de Direito Privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) obrigatoriamente ter reconhecimento de firma em Cartório de Notas, tal requisito é dispensado em caso de assinatura por certificado digital. Os atestados deverão seguir os quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

6.8.2. O contratado deve deixar claro que a execução dos serviços não deverá gerar vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.9. Soluções e requisitos de mercado: A solução é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo de serviço para o setor público e privado, entretanto a precificação deve ser feita especificamente para as necessidades da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras de Caruaru, levando em consideração as peculiaridades da Região e da solução almejada pelo Município.

7. DA ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

7.1. O quantitativo está detalhado na planilha orçamentária que faz parte do projeto executivo. Seguem abaixo as quantidades de cada serviço:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.1.	ADM LOCAL		
1.1.0.1.	ADM. LOCAL DA OBRA	MÊS	3,00
1.2.	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.2.0.1.	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	6,00
1.3.	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS		
1.3.0.1.	REMOÇÃO DE CARPETE [REF.: ORSE 00032]	M2	42,91
1.3.0.2.	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	2.120,53
1.3.0.3.	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	2.120,53
1.3.0.4.	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	41,61
1.3.0.5.	DEMOLIÇÃO DE LAJES, EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	2,22
1.3.0.6.	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	353,35
1.3.0.7.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	4.946,86
1.4.	PISO		
1.4.0.1.	PREPARO DE CONTRAPISO COM POLITRIZ. AF_09/2020	M2	2.049,52
1.5.	PINTURA GERAL		
1.5.0.1.	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	2.715,02
1.5.0.2.	REMOÇÃO DE PINTURA DE SUPERFÍCIES COM HIDROJATEAMENTO A UMA PRESSÃO MÍNIMA 1200LB [REF.: ORSE 4513]	M2	2.049,52
1.5.0.3.	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	2.715,02
1.5.0.4.	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	2.049,52
1.5.0.5.	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	2.715,02
1.5.0.6.	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	2.049,52
1.5.0.7.	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021	M2	257,22
1.6.	IMPERMEABILIZAÇÃO		
1.6.0.1.	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4MM. AF_09/2023	M2	45,51
1.7.	COBERTURA		
1.7.0.1.	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO RÚSTICO, ESPESURA 2,0 CM, COM USO DE ADITIVO IMPERMEABILIZANTE [REF.: SINAPI 98546]	M2	2.049,52
1.7.0.2.	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTALETES DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS E COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, ALUMÍNIO OU PLÁSTICA EM EDIFÍCIO INSTITUCIONAL TÉRREO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	2.132,21
1.7.0.3.	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	2.132,21
1.7.0.4.	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	250,00
1.7.0.5.	RUFO EXTERNO/INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 33 CM, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M	276,67
1.7.0.6.	REMOÇÃO DE FERRUGENS EM AÇO EXPOSTO DAS VIGAS E LAJES [REF.: ORSE 4521 ADAPTADO]	M2	409,90
1.7.0.7.	REPARO ESTRUTURAL DE ESTRUTURAS DE CONCRETO COM ARGAMASSA POLIMÉRICA DE ALTO DESEMPENHO, E=2 CM [REF.: SINAPI 83730]	M2	204,95
1.8.	ESQUADRIAS		

1.8.1.	PORTAS		
1.8.1.1.	RESTAURO DE PORTAS COM TROCA DE MAÇANETAS, REPARAR TRILHOS DA PORTA DE CORRER, TROCAR VIDRO TRINCADO E PINTURA	M2	6,28
1.8.1.2.	RESTAURO DE PORTAS DE MANDEIRA INCLUSO TROCA DE MAÇANETA, RESTAURAÇÃO/TROCA DAS FOLHAS DAS PORTAS [REF.: SINAPI - 90844 E ORSE - 7766]	M2	32,62
1.8.1.3.	RESTAURO DE PORTAS DE MADEIRA INCLUSO TROCA DE MAÇANETA, BATENTE, RESTAURAÇÃO/TROCA DAS FOLHAS DAS PORTAS [REF.: SINAPI 90844]	UND	5,00
1.8.3.	JANELAS		
1.8.3.1.	RESTAURO DE ESQUADRIAS/JANELAS DE MADEIRA [REF.: ORSE 01797]	M2	30,80
1.8.3.2.	JANELA DE MADEIRA CEDRINHO/ ANGELIM COMERCIAL/ CURUPIXA/ CUMARU OU EQUIVALENTE, CAIXA DO BATENTE/ MARCO 10 CM, COM DUAS FOLHAS DE ABRIR TIPO VENEZIANAS E 2 FOLHAS GUILHOTINAS PARA VIDRO (VIDROS NÃO INCLUSOS), COM GUARNIÇÃO/ ALIZAR E FERRAGENS, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS E ESPUMA EXPANSIVA, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	M2	2,51
1.8.3.3.	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 6 MM, SEM COLOCACAO	M2	2,65
1.9.	DRENAGEM		
1.9.0.1.	ESCAVAÇÃO MANUAL EM MATERIAL DE 1A CATEGORIA, EM PROFUNDIDADE ATÉ 0,50M [REF.: SINAPI 78018]	M3	18,85
1.9.0.2.	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	UN	7,00
1.9.0.3.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	16,00
1.9.0.4.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,00
1.9.0.5.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	9,00
1.9.0.6.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	6,00
1.9.0.7.	TÊ, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	5,00
1.9.0.8.	REDUÇÃO EXCÊNTRICA, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	UN	3,00
1.9.0.9.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	85,00
1.9.0.10.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	45,00
1.9.0.11.	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00
1.10.	SERVIÇOS FINAIS		
1.10.0.1.	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_04/2019	M2	2.049,52

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação serão os preços praticados pelo SINAPI e/ou outras fontes de referência/cotações, sendo juntada ao final desse ETP a planilha estimativa da obra.

8.2. A classificação dos valores estimados como sigilosos ou não nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, constará na planilha de custos.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

9.1. Após o levantamento das informações supra deste estudo, a solução proposta se constitui no seguinte objeto: execução dos serviços de reforma da Casa de Cultura José Condé.

9.2. Como a qualificação técnica das empresas obedece ao mesmo parâmetro, o tipo de licitação será o de menor preço, uma vez que, tecnicamente, todas as empresas do ramo devem oferecer serviços de acordo com as exigências técnico-operacionais definidas na legislação específica, sob pena de serem impedidas de prestar serviços a terceiros.

9.3. Assim, cumprindo-se as exigências do contrato tanto no aspecto administrativo como técnico operacional, atingir-se-á os objetivos esperados.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. A presente contratação deve ser realizada de maneira única e indivisível, considerando que os serviços devem ser prestados de forma simultânea para garantir o cumprimento eficiente da necessidade administrativa.

10.2. Não se verifica a viabilidade de parcelamento da solução em razão da necessidade de execução da solução completa por uma única contratada. Assim, o objeto da contratação não é divisível.

10.3. Da mesma forma, o parcelamento ou a divisão em cotas, como nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, acarreta prejuízo ao conjunto do objeto, pois caso empresas diversas sejam contratadas, há um grande potencial de prejuízo em termos de economicidade com perda de economia de escala. Igualmente poderá haver prejuízo em termos de eficiência, por conta do risco de algum lote terminar fracassado (pela menor atratividade) e impactar diretamente e de forma negativa nos resultados projetados com a contratação (gestão de abastecimento da frota).

10.4. A contratação de uma solução unificada, por item único, funciona como medida mitigadora de riscos, busca dar máxima eficiência às aquisições pretendidas e ainda racionaliza a gestão e a fiscalização do contrato, considerando que o parcelamento apresenta grande potencial de se constituir em um ônus excessivo de gestão, com uma eventual multiplicidade de contratos sob a perspectiva do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, conforme Acórdão 5301/2013 - Segunda Câmara do TCU no informativo 167 de Licitações e Contratos – 2013.

10.5. Outrossim, faz-se mister considerar aspectos básicos como o técnico e o econômico. No que concerne ao primeiro quesito, ressalta-se que a divisão deste serviço acarretaria riscos de comprometimento da sua qualidade. Ainda sob a perspectiva técnica, impende lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, a qual considera-se adequada não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Por outras palavras, em vista das razões técnicas, a execução do serviço objeto deste instrumento, de forma integralizada, por um só se mostra mais satisfatória do que a se fosse efetuada por vários, no presente caso.

11. PROVIDENCIAS ADICIONAIS

11.1. Para realização da contratação, faz-se necessário proceder:

11.1.1. Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização/gestão contratual;

11.1.2. Capacitação dos fiscais/gestores a respeito do tema objeto da contratação;

11.1.3. Definição dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA, caso seja necessário;

11.1.4. Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;

11.1.5. A CONTRATANTE deve assegurar aos profissionais alocados à prestação de serviços, locais adequados para troca de uniformes e asseio, bem como a transferência de itens/equipamentos imprescindíveis à execução dos serviços.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Em razão da solução escolhida no presente estudo, não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. A expectativa dos resultados a serem alcançados com a presente contratação são:

13.1.1. Será possível atender às demandas da comunidade, proporcionando um espaço cultural adequado, seguro e funcional, destinado à realização de atividades culturais, artísticas e educativas. Atualmente, a edificação apresenta necessidade de intervenções, o que justifica a atuação da Administração para sua recuperação e plena utilização.

13.1.2. Agregar valor ao patrimônio público: em suma, a reforma da Casa de Cultura José Condé contribuirá para a valorização do patrimônio público, considerando a melhoria das condições físicas e estruturais do equipamento.

13.1.3. Conforto, acolhimento, segurança e espaços bem cuidados: a intervenção proporcionará melhores condições de uso, garantindo ambientes mais adequados, seguros e dignos para os usuários.

13.1.4. Assegurar a adequada conservação e funcionalidade da edificação, garantindo a continuidade das atividades desenvolvidas no equipamento e o atendimento eficiente à população.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Primordialmente, deve ser destacado que a contratante deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

14.1. A CONTRATADA deverá observar ainda as seguintes legislações pertinentes:

- a) Logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- c) Observar a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- d) Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.
- e) Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.
- f) Art. 33, inciso VI, da Lei Federal nº 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de abrangência nacional, determina que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletroeletrônicos e seus componentes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.
- g) Especificar peças e componentes certificados pelo INMETRO, de acordo com a legislação vigente.
- l) Proceder com adequado descarte de pilhas e baterias utilizadas nos equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) em conformidade com a Resolução do CONAMA n.º 401/2008;

Ressalta-se ainda que, a escolha da solução considerou as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, optando, portanto, pela alternativa que causará menos impacto ambiental.

15. ANÁLISE DE RISCOS

15.1. Dessa forma, a avaliação de riscos, permite avaliar a viabilidade do projeto e adotar medidas para mitigar riscos, garantindo sua execução eficiente, conforme abordados na seguinte tabela:

AVALIAÇÃO DE RISCOS		
DESCRIÇÃO DOS RISCOS	DANOS E IMPACTOS	AÇÃO
Risco 01: Não realização da reforma.	Comprometimento da preservação do patrimônio cultural e arquitetônico, bem como da oferta de atividades culturais, educativas e comunitárias, com consequente prejuízo ao acesso da população às manifestações culturais locais.	Buscar alternativas de viabilização financeira, incluindo fontes de recursos próprios e/ou convênios, bem como articulação institucional para assegurar a execução do projeto.
Risco 02: A empresa contratada desistir do contrato antes do término da obra.	Paralisação da execução dos serviços, atrasos no cronograma físico-financeiro, aumento de custos para nova contratação e possível deterioração de serviços já executados.	Prever cláusulas contratuais com aplicação de penalidades por inexecução ou desistência injustificada, além da adoção de mecanismos de gestão contratual que permitam substituição célere da contratada, quando necessário.
Risco 03: Entrega da obra com especificações diferentes das previstas no projeto.	Comprometimento da qualidade da intervenção, risco à integridade estrutural e funcional do imóvel, além de possíveis prejuízos à preservação do patrimônio cultural.	Realizar fiscalização contínua e sistemática da execução da obra, com acompanhamento técnico da Administração, exigindo a imediata correção de eventuais não conformidades identificadas.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

16.1. Nesse sentido, com base nas informações levantadas, concluímos que o melhor modelo de solução a ser referenciado para a contratação que seguirá, deverá respeitar as conclusões descritas neste ETP, em especial, os requisitos mínimos da contratação e descrição da solução aqui mencionada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Para que seja alcançado o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, sugere-se ainda que seja realizado, através de processo licitatório, a **reforma da Casa de Cultura José Condé no Município de Caruaru/PE.**

16.3. Considerando que a presente pretensão contratual está de acordo com as reais necessidades com o Poder Público Municipal, a Secretária de Administração, julga como **procedente e viável** a presente demanda. As questões elencadas no presente estudo estabeleceram critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações, preço médio e o princípio da economicidade para a Administração Pública.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 430A-D3F5-3994-D25E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MANUELLA LOPES FIGUEIRAS (CPF 075.XXX.XXX-40) em 22/04/2026 11:45:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MATHEUS FRAGA DE OLIVEIRA (CPF 089.XXX.XXX-14) em 22/04/2026 15:28:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/430A-D3F5-3994-D25E>